

Versão Nacional

A auto-crítica de Sarney

Deixando vaziar os indícios de seu desagrado com relação aos espaços que são franqueados pelo Governo ao presidente de seu próprio partido, o senador José Sarney contribuiu para deixar mais compreensível a tendência do Palácio do Planalto em governar pelo processo de atribuição de missões, sob o primado da absoluta confiança no missionário.

Assim foi com o general Ludwig, que, de comandante do Colégio Militar de Agulhas Negras, na véspera, tornou-se no dia seguinte Ministro da Educação, para cobrir as deficiências institucionais que o centro do poder ali denotava, na gestão Portella.

No caso de Sarney e dos políticos, a missão de comandar as recentes batalhas de interesse estratégico do governo não coube nem ao presidente nem a qualquer dirigente do Congresso, mas ao secretário-particular da Presidência, Heitor Ferreira, que foi responsabilizado para a operação, sob aquele mesmo critério de confiança absoluta de seus pares palacianos.

Sarney sentiu-se desalojado, não como Sarney, mas como político da cúpula governista que se via sem atribuições, lutando para manter as aparências e tendo ainda recebido a missão de viajar aos Estados, para rastrear ressentimentos de governadores, num momento em que a articulação junto aos deputados federais era a prioridade, para a eleição do candidato oficial à Presidência da Câmara.

Nessas viagens, na verdade, o presidente do PDS serviu de pretexto em duas outras ocasiões para que governadores e chefes de grupos políticos produzissem demonstrações de força e prestígio, evidentemente que de olho em Brasília. Em Minas, o governador Francélino Pereira reuniu um número recorde de prefeitos não para prestigiar o dirigente partidário, mas para transmitir ao ministro Ibrahim Abi-Ackel um recado sobre quem tem poder político em Minas.

Tendo sido a plataforma de afirmação de lideranças regionais, Sarney era mantido à distância da decisão política real, que se processava em Brasília, nos gabinetes do Palácio do Planalto. Nem sequer pôde relatar ao presidente da República o apanhado de suas viagens, porque sua audiência quinzenal com o chefe do Governo, desde há muito, havia sido suprimida. Quanto ao Conselho Político, as reuniões tornaram-se mais escassas, provavelmente pelo entendimento de sua desnecessidade, uma vez que no fundamental tudo passou a ser resolvido nas reuniões das nove.

Assim, o presidente do PDS sentiu-se ainda mais sem chão e teto, perdendo a perspectiva de um limite de ação e ganhando a expectativa de um operador no vazio, mas ainda, no vácuo de algumas personalidades do Governo não propriamente integradas ao seu mundo político, como o Sr. Heitor Ferreira. Nas reuniões rotineiras do partido, marcadas para sua nova sede, uma presença costumeira passou a ser a do secretário-particular da Presidência, evidenciando que a ele havia sido conferida a missão — em confiança — de gerir o contencioso político.

Com esses acontecimentos, um político que já estava ressentindo com sua preferência para o Ministério da Justiça, com a escolha do ministro Ibrahim Abi-Ackel, sentiu-se no dever de fazer uma auto-crítica, de sua própria importância dentro do quadro político governista, o que equivale a auto-crítica a própria importância dos políticos. A distância daí até o pedido ao presidente da República para que o dispense da Presidência do PDS seria um pequeno passo, embora nos meios oficiais se considere improvável que o Palácio do Planalto vá permitir que se abra um foco de crise "interna corporis", num momento em que o otimismo paira na corte.

OPSIÇÕES COM SIMON